

O Ensino do Telejornalismo nas Universidades Federais do Nordeste em Tempos De Convergência Digital ¹

Alan Clyverton da SILVA²

Jainara de Sousa SABINO³

Lucas Gonçalves dos SANTOS⁴

Walisson Angélico de ARAÚJO⁵

Paulo Eduardo Silva Lins CAJAZEIRA⁶

Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE

Resumo

O objetivo deste estudo é investigar as tecnologias digitais no ensino de telejornalismo em universidades federais da Região Nordeste do Brasil. A pesquisa inicial focou-se no estudo do perfil dos docentes e as suas produções laboratoriais. No total foram pesquisadas 12 universidades em nove estados brasileiros. A pergunta norteadora, que nos moveu neste artigo, procurou verificar como as instituições de ensino acompanharam a mudança curricular com a nova DCN de Jornalismo e os impactos da tecnologia digital no ensino do telejornalismo. Para tanto, entrevistamos um grupo fechado de professores universitários, que lecionam esta unidade curricular, analisamos as matrizes curriculares e as produções audiovisuais acadêmicas, a fim de compreender o processo de convergência digital pelo qual passa o ensino do telejornalismo.

Palavras-chave: telejornalismo laboratório, convergência mídias, novas diretrizes de jornalismo, tecnologias digitais.

Introdução

Os cursos de jornalismo, assim como os demais cursos superiores no Brasil, desde que foram criados estão subordinados ao Estado, no que se refere aos protocolos de autorização e reconhecimento bem como às determinações do tempo de duração e constituição curricular. Somente em 2001 é que as Diretrizes Curriculares foram aprovadas e, assim, as instituições de ensino tiveram ampla liberdade para compor suas estruturas curriculares conforme o perfil de egresso desejado e sem uma imposição por parte do Ministério da Educação (MEC).

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri, Bolsista PIBIC/Funcap, email: alanclyverton@gmail.com

³ Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri, Bolsista PIBIC/Funcap, email: sousa.jaynara@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri, Bolsista PIBIC/Funcap, email: lucas_santos0100@hotmail.com

⁵ Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri, Bolsista PIBIC/Funcap, email: walissonangelico@gmail.com

⁶ Orientador do trabalho. Professor doutor do Curso de Jornalismo da UFCA/CE. Pesquisa sob financiamento da FUNCAP/CE email: paulo.cajazeira@ufca.edu.br

O curso de Jornalismo foi criado em 1943 com a publicação do Decreto-lei nº 5.480. Contudo, o primeiro curso, o da Faculdade Cásper Líbero, foi implementado em 1947, conforme o Decreto nº 22.245, de 1946, que instituiu o currículo⁷. O currículo mínimo de 1962⁸ criou a disciplina técnica de Rádio e Telejornal, em atendimento às necessidades do jornalismo de televisão, mas, assim como aconteceu com o rádio, foi inserida tardiamente, já que a primeira emissora de TV foi criada no país em 1950. Ou seja, desde 1962, temos uma disciplina ligada ao estudo do Jornalismo Audiovisual.

No currículo mínimo de 1978, foi incluído o projeto experimental, que deveria ser realizado no último semestre do curso e com laboratório disponível pela escola. No último currículo mínimo, em 1984, foram descritas as ementas de todas as disciplinas assim como de todos os equipamentos necessários aos laboratórios de: redação, planejamento gráfico, laboratório fotográfico, laboratório de radiojornalismo, laboratório de telejornalismo, hemeroteca e jornal-laboratório.

A proposta para um bacharelado em Jornalismo foi debatida, muito antes de as diretrizes serem promulgadas, no ano de 2001, e, no ano de 1999, foi oficializada em um seminário ocorrido na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, organizado e co-promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas, Fórum de Professores de Jornalismo, Observatório da Imprensa e grupo de trabalho de Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). No seminário de Campinas, foi reconhecida como válida e legítima a possibilidade de existência de cursos superiores de Jornalismo, sem a necessidade de serem constituídos como uma habilitação do curso de Comunicação Social. Entretanto, as diretrizes de 2001 mantiveram a habilitação em Jornalismo e foi somente no ano de 2013 que, finalmente, ela se transformou em um bacharelado em Jornalismo com as aprovações do Parecer

⁷ A partir de então, outros três currículos foram aprovados pelo governo nos anos de 1948, 1949 e 1950, respectivamente. O currículo de 1946 privilegiou o jornalismo impresso, embora o rádio já estivesse presente no país desde a década de 1920 e, nos anos de 1930, já fosse comercial. O currículo de 1948, de certa forma, corrigiu essa ausência com a disciplina Radiodifusão no terceiro ano. O de 1949 contemplou três seções do Decreto nº 23.087, de 19 de maio de 1947. O Decreto nº 24.719, de 29 de março de 1948; Decreto nº 26.493, de 19 de março de 1949; Decreto nº 28.923, de 1 de dezembro de 1950. E o de 1950 alterou a denominação da disciplina Radiodifusão para Radiojornalismo. Com a criação dos currículos mínimos pelo Ministério da Educação, o curso de Jornalismo teve dois aprovados.

⁸ O currículo mínimo ampliou o número de disciplinas e as categorizou em gerais ou de cultura geral, especiais ou instrumentais e técnicas ou de especialização. Um fato relevante que deve ser enfatizado é que, no ano de 1969, o curso de Jornalismo passou a ser uma habilitação de um curso criado pelo MEC, o de Comunicação Social. Esse novo curso sofreu uma forte influência do Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (CIESPAL), órgão mantido pela UNESCO, com sede em Quito, Equador, que incentivava a figura do comunicador social. O curso de Comunicação Social contou com três currículos mínimos instituídos. O de 1969, 7 outo em 1978, e o último, no ano de 1984. No currículo mínimo de 1969, estava previsto o aprofundamento das técnicas de jornalismo impresso, radiofônico, televisado e cinematográfico.

CNE/CES nº 39, de 20 de fevereiro de 2013, e da Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013.

No ano de 2013, foi publicado o Parecer e a Resolução que criaram as Diretrizes Curriculares Nacionais em Jornalismo. Mas é relevante salientar que o relatório que propôs as diretrizes foi elaborado no ano de 2009 por uma comissão de especialistas e demorou quatro anos para ser aprovado no Conselho Nacional de Educação. A presidência da comissão ficou a cargo do professor José Marques de Melo. A comissão indicou que o curso deve ser estruturado com conteúdos que atendam a seis eixos de formação: eixo de fundamentação humanística, de fundamentação específica, de fundamentação contextual, de formação profissional, de aplicação processual e de prática laboratorial.

Aprovado o Parecer CNE/CES nº 39, alguns meses mais tarde foi aprovada a Resolução nº 1, de 2013, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado. A referida resolução deu um prazo máximo de dois anos, a partir da data da sua publicação, para que as instituições de educação superior, obrigatoriamente, implantem as diretrizes. É, justamente, a partir da obrigatoriedade de implantação dos novos projetos pedagógicos dos cursos de Jornalismo, que nos atentaremos aos reflexos das mídias digitais no ensino laboratorial. A importância do órgão laboratorial está principalmente em não apenas fazer, mas em refletir sobre o fazer. Essa reflexão e crítica sobre a prática profissionalizante contribuem para a articulação teoria/prática desenvolvida nos órgãos laboratoriais (LOPES, 1989).

O Ensino Laboratorial em Tempos de Convergência Digital

O conceito de laboratório define-se como um local que garante a oportunidade para experimentação, observação ou prática para cientistas, alquimistas ou jornalistas (BRASIL, 2012). Segundo o professor Antônio Brasil (2012, p. 10): “se a principal e mais significativa característica ou promessa do meio televisivo é mostrar a realidade ao vivo, como ensinar jornalismo em televisão sem uma televisão?”. Em cenário de mudanças curriculares dos cursos de Jornalismo, um dos principais objetivos deveria ser a qualificação docente e de equipamentos para conhecer e avaliar o potencial das novas tecnologias, novas linguagens ou narrativas audiovisuais (BRASIL, 2012). A nova DCN tenciona o ambiente de formação para que se permita, em seus novos movimentos,

maior amplitude com práticas pedagógica que reflitam os fins educativos que se pretende a educação, relacionando-se, portanto com o currículo, ou seja, qual o tipo de profissional que se pretende construir.

No eixo de prática laboratorial, da nova DCN, mencionam-se os projetos editoriais, que devem ser elaborados, definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros. Mas, para que essa produção realmente se concretize satisfatoriamente, é preciso que as instituições de ensino disponham de condições laboratoriais adequadas, com espaços e equipamentos de qualidade e em quantidade. Os conteúdos voltados às práticas laboratoriais são os que precisam ser constantemente revisitados com vistas à experimentação. De acordo com o exarado, as práticas laboratoriais desenvolvem conhecimento e habilidades inerentes à profissão, a partir da aplicação de informações e valores (ANTONIOLI, 2014).

Os desafios da inovação curricular encontram-se justamente nessa articulação entre os fundamentos do caráter pedagógico e curriculares refletidos na ação docente, pois, segundo Libâneo (2000) é justamente nesse ponto, quando a teoria une-se à prática, que o trabalho docente é produzido, sendo que o comprometimento do professor é fundamental, pois é nesse momento que a produção pedagógica acontece. Estar consciente dos objetivos educacionais irá refletir em sua postura diante do objeto de conhecimento em sua relação com a prática pedagógica, lembrando que o que define uma prática como pedagógica é o rumo que se dá às práticas educativas.

Contudo, para que ocorra a concretização do currículo ele precisa relacionar-se com o pedagógico, as políticas de formação e inovação curricular devem preocupar-se, especialmente com a passagem desse currículo às instituições de ensino, ao professor, ao currículo voltado para a ação, de forma que as orientações curriculares não estejam configuradas como meros discursos, distantes e desconexos, em que a inovação e a mudança tornem-se, tão-somente, em palavras de efeito, em discursos ecoando no imaginário pedagógico. Com esta reflexão que procuramos orientar na nossa pesquisa à verificação dos efeitos da nova DCN às práticas de ensino teórico-prático do Telejornalismo.

O uso das tecnologias digitais provocam transformações nas maneiras de perceber as realidades local e global e intervêm cada vez mais na vida produtiva e nas

formas de sociabilidade. Desse modo, a mídia constitui-se cada vez mais em um ambiente estratégico de mediação de discursos de instituições e de outros campos de produção simbólica na contemporaneidade. Pensar e fazer televisão e telejornalismo no século XXI implica compreender que se vivencia a terceira fase de transmissões de notícias no Brasil e no mundo. O rádio e telégrafo sem fio caracterizaram a primeira fase. A segunda foi marcada pela transmissão de áudios e vídeos de grandes acontecimentos para todo o planeta via satélite e por cabo, culminando com a multiplicação de canais de notícias 24 horas (BECKER, 2015).

Ao refletir sobre o ensino laboratorial do telejornalismo com o uso de novas mídias digitais e a adaptação e incorporação de disciplinas do universo online e teorias que envolvem ambiente web, necessita-se rediscutir o currículo e práticas pedagógicas das instituições aqui pesquisadas, frente ao cenário que se apresenta de um mercado em constante transformação, que vem exigindo um profissional mais consciente do seu papel em um mundo cada vez mais conectado e que vai encontrar um ambiente de trabalho de multiplataformas; ao aluno, que traz consigo uma carga de conhecimento e interatividade acumulados; e aos desafios do educador para suprir a demanda de uma sociedade da informação (COSTA, DIAS, 2015).

Conforme a professora Beatriz Becker (2015), no século XXI, a emergência das tecnologias digitais também tem provocado novas formas de perceber e relatar experiências e acontecimentos, atribuindo sentidos aos objetos, às pessoas, às comunidades étnicas e religiosas, às relações e organizações. Testemunha-se a introdução de novos instrumentos e mídias para escrever e reescrever a história cotidiana. Ainda que a hibridização de linguagens e a interatividade não sejam características exclusivas da era digital, os tempos atuais indicam que muitas convenções que habitavam o mundo da escrita estão mais fluidas nas telas de TV e do computador e, de certo modo, sente-se mais liberdade para (re)imaginar a qualidade da relação que se estabelecerá com a escrita e os modos como serão usadas as tecnologias digitais (CLAYTON, 2013).

A avaliação do problema de pesquisa, neste contexto, nos remete a decifrar mais uma vez o uso de tecnologias digitais que reflitam a preocupação com as atividades laboratoriais do ensino do telejornalismo imersos numa cultura digital: “Em que medida o uso das mídias digitais de informação e comunicação, no ensino do Jornalismo em TV, possibilita ao estudante compreender um universo tecnológico, digital, virtual, que

exige novas habilidades do profissional da comunicação? Nesse contexto, as notícias por meio das interações entre a TV e o computador permite um consumo de conteúdos mais seletivo on demand, e a expansão da televisão em múltiplas plataformas como celulares, jogos, iPods, iPads, serviços on-line, incluindo o YouTube. Essas interações tornam a televisão parte da cultura digital e não deve ser mais compreendida apenas como um meio de massa que tanto contribui e influi na experiência coletiva de ver TV (BECKER, 2015).

Metodologia

A pesquisa inicial deu início com o levantamento de dados sobre as universidades públicas federais do Nordeste que possuem o curso de jornalismo. Nessa busca, os principais dados necessários foram relacionados ao telejornalismo e o uso das novas mídias digitais. A partir desta averiguação, foi criado um arquivo com os principais dados: nomenclatura da disciplina, carga horária, nome do coordenador(a) do curso, site da universidade, site próprio do curso, vagas por curso e endereço eletrônico das produções laboratoriais.

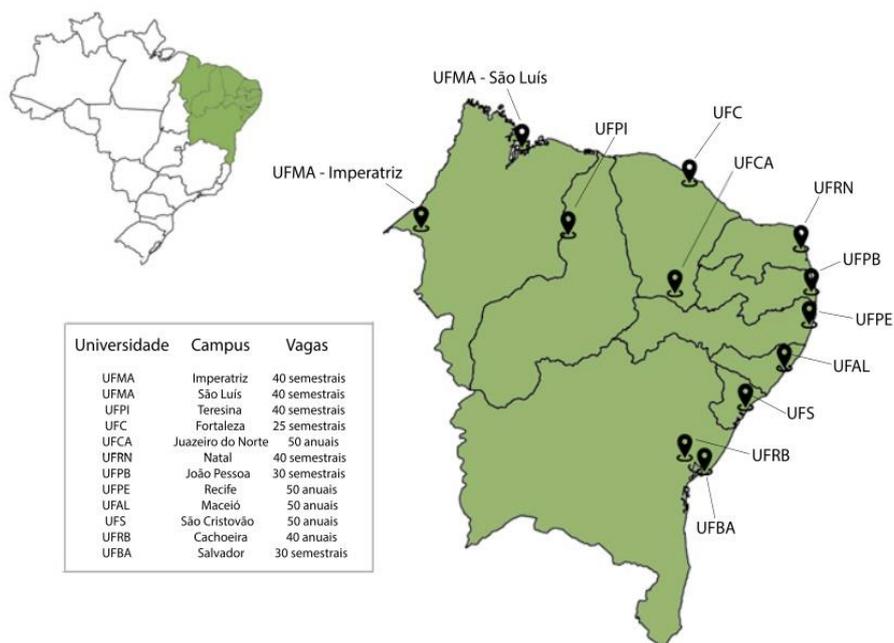
Esse contato realizado para obtenção de dados das universidades foi feito por formulário eletrônico direcionado às instituições, mais especificamente aos coordenadores dos cursos, para que pudéssemos obter êxito na pesquisa. O trabalho da pesquisa tornou-se mais difícil, a partir do momento que, alguns dos coordenadores não responderam aos e-mails enviados ou a plataforma eletrônica solicitada para a coleta de dados. Dessa forma, após a dificuldade em obter resposta de alguns coordenadores, tendo em vista a necessidade de prosseguir na pesquisa, entramos em contato telefônico com algumas coordenações, além de utilizarmos de plataformas digitais: site da instituição, do curso e páginas no Facebook.

Como parte da metodologia de pesquisa criou-se um mapa com todas as informações obtidas nos questionários enviados aos coordenadores de curso. Assim, como no ofício de cartógrafo, desenvolveu-se o material cartográfico com estes dados para compreensão das distâncias entre os cursos de jornalismo. Isso facilitou uma visão mais científica da pesquisa, retratada em números e estatísticas. Para análise, utilizou-se o método comparativo para a diferenciação das particularidades de todas as instituições de ensino.

Resultados Preliminares

A seguir, o mapa da Região Nordeste do Brasil com a indicação da localização dos cursos de Jornalismo das universidades federais e o número de vagas.

1 – Mapa da Região Nordeste com a indicação da localização dos Cursos de Jornalismo das Universidades Federais Brasileiras



Fonte: Própria autoria

O Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão foi criado em 1970 e teve seu currículo baseado no da Universidade de São Paulo – USP. Quando criado, o vestibular era a única via de acesso e oferecida 20 vagas por semestre – eram dois vestibulares por ano – com apenas duas habilitações: Jornalismo e Relações Públicas. Por causa da Resolução 11/69 do então Conselho Federal de Ensino (CEF), todos começavam juntos e a opção por uma ou outra habilitação só era possível a partir do quinto período. Este currículo vigorou até 1984. Atualmente, o campus de São Luís da UFMA conta com 40 vagas semestrais. Já o campus Imperatriz da UFMA, fundado em 2006, completou 11 anos de fundação em 2016, e, conta também com 40 vagas semestrais.

Na Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina, o curso de Jornalismo é de 1984. São oferecidas 40 vagas semestrais. O Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará foi criado em 1965, com 25 vagas semestrais na área de

Jornalismo. No Estado do Ceará também se encontra a Universidade Federal do Cariri (UFCA), em Juazeiro do Norte, que possui o curso de Jornalismo, em funcionamento, desde 2010. Atualmente são oferecidas 50 vagas anuais. Fundado em 1962, o Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é considerado um dos mais antigos da Região Nordeste e oferece 40 vagas semestrais. O Curso de Comunicação Social da UFPB criado em 1977, no Departamento de Artes e Comunicação – DAC - CCHLA, possui duas habilitações, Jornalismo e Relações Públicas, conforme a resolução 24/77, de 24 de março de 1977, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba. O Departamento de Jornalismo da UFPB conta com 30 vagas semestrais. O Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco foi criado em 1984, em substituição ao antigo Polivalente, criado nos anos 1970. São oferecidas 50 vagas anuais.

Na Universidade Federal de Alagoas, campus de Maceió, o curso de Jornalismo tem seus precedentes na criação do Curso de Comunicação Social (COS), em 1978, com 50 vagas anuais. O Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe funciona desde 1993, com 50 vagas anuais. Na Bahia, o curso de Jornalismo é oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em Cachoeira, desde 2006, com 50 vagas anuais e na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, em funcionamento desde 1950, é considerado o mais antigo das universidades federais da Região Nordeste, com 30 vagas semestrais. Após esta descrição podemos verificar que não há uma similaridade em datas de fundação dos cursos de jornalismo nas universidades federais do Nordeste, que acompanha a própria fundação das instituições, o seu desenvolvimento e a evolução da Comunicação Social e do Jornalismo no País.

A seguir, enumeramos as décadas de fundação dos cursos de Jornalismo com a seguinte estatística: um (1950), dois (1960), três (1970), dois (1980), um (1990), dois (2000) e um (2010):

Tabela 1

Cursos de jornalismo de universidades federais com turmas abertas de 1950 a 2010 na Região Nordeste do Brasil, por década de início do curso

	1950	1960	1970	1980	1990 -2010
Total de cursos	01	02	03	02	04

Fontes: e-MEC / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

Tabela 2
Distribuição regional dos cursos de jornalismo de universidade públicas e privadas com turmas abertas de 1940 a 2010 no Brasil, por década de início do curso

	Até 1970		1980		1990		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sudeste	8	44,44	29	56,86	31	51,67	77	56,62	144	45,57
Sul	4	22,22	7	13,73	11	18,33	32	23,53	59	18,67
Nordeste	6	16,67	8	13,73	10	16,67	15	11,03	58	18,35
Norte	1	5,56	4	7,84	4	6,67	4	2,94	22	6,96
Centro Oeste	2	11,11	4	7,84	4	6,67	8	5,88	33	10,44
Total de cursos	18		51		60		136		316	

Fontes: e-MEC / Coordenações ou secretarias dos cursos / Páginas de internet das instituições de ensino superior

São oito cursos criados entre 1950 e 2000 (50 anos) e três de 2000 em diante. A maioria foi fundada numa época de grande desenvolvimento dos meios de comunicação social no Brasil e da própria formação em Jornalismo. Em relação ao processo de interiorização dos cursos de Jornalismo, apenas três deles (UFMA – Imperatriz, UFCA – Juazeiro do Norte e UFRB – Barreiras) estão fora das capitais e dos grandes centros urbanos e surgiram num momento de digitalização das redações jornalísticas. São cidades de porte médio (até 500 mil/hab) e de representatividades nas suas regiões de abrangência. Dentro do processo de expansão dos cursos de Jornalismo entre 1990 e 2010, o número de cursos universitários de jornalismo no Brasil foi quintuplicado. Este crescimento resultou de políticas para expandir a educação superior no país, caracterizadas pelo estímulo à atividade de entidades privadas, que atualmente oferecem 81% de todos os cursos na área, e 90% das vagas. Na Região Nordeste, nesse mesmo período, houve um crescimento de 50% de novos cursos. Em comparativo com as outras regiões brasileiras, a Região Nordeste está quase empatada com a Região Sul em crescimento de novos cursos de Jornalismo nas duas modalidades: públicos e privados, nos anos 2010.

De acordo com o pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, Jack Mick (2012), autor da pesquisa: “Quem é o jornalista brasileiro: perfil da profissão no País”, antes concentrados nas capitais, os cursos de jornalismo promoviam a migração de estudantes em direção a estas cidades – e somente uma minoria regressava aos territórios de origem depois de completar a formação. Devido à acelerada taxa de crescimento da oferta de cursos, é possível que algumas das características demográficas dos graduados tenham afetado a morfologia do campo. A análise dos

efeitos da expansão do ensino superior – especialmente na composição do mercado de trabalho e sobre a renda, como também na estrutura dos campos acadêmicos – requer a produção de indicadores mais precisos sobre a evolução do número de graduados e a interpretação diacrônica dos dados.

Tal expansão democratizou o acesso à formação superior na área, ao estender a oferta para todas as unidades da federação e, naquelas em que já existia, para mais municípios do interior. A possibilidade de estudar jornalismo ampliou-se em todas as regiões. Nos anos mais recentes, a oferta foi concentrada principalmente no interior.⁹ A interiorização das universidades contribui para uma distribuição mais abrangente dos graduados no território nacional: antes concentrados nas capitais, os cursos de jornalismo promoviam a migração dos alunos – e apenas uma minoria voltava aos territórios de origem, depois de concluída a formação. Os três cursos com turmas abertas em 2010, nas universidades federais da RN, ofereceram naquele ano 170 vagas. O perfil do docente de telejornalismo e a produção laboratorial das UF's do NE

Para fins de uma compreensão da produção laboratorial, optamos por efetuar primeiramente a análise do currículo Lattes dos docentes, a experiência profissional, a experiência docente e as produções audiovisuais desenvolvidas nas instituições de ensino, a fim de verificarmos a relação entre docência e a prática do telejornalismo, atentando para a reflexão crítica necessária ao ambiente acadêmico. Salientamos que, apesar de termos levantado dados numéricos, não é nossa pretensão comparar quantitativamente a produção laboratorial de cada um desses professores, mas apenas ter a noção das condições de produção laboratorial e o uso das mídias digitais, o que justifica também a escolha dos indicadores quanto ao formato das produções audiovisuais. A pesquisa dos currículos aconteceu durante os dias 10 e 15 de abril de 2017. A observação foi feita pesquisando os nomes dos professores das disciplinas de Telejornalismo e suas variações – que no presente artigo serão omitidos por questões éticas – na plataforma Lattes, que pode ser acessada no endereço <http://lattes.cnpq.br/>. Foi respeitada a atualização das informações correspondente a cada um. Das 12 instituições pesquisadas, obtivemos os dados de oito docentes de telejornalismo.

Quadro 1- Instituições Respondentes

Instituições	Nº	%
--------------	----	---

⁹ Entre 2000 e 2010, foram criados cursos de jornalismo em cidades como: Juazeiro do Norte (CE), Imperatriz (MA) e Barreiras (BA).

Responderam	6	50
Não responderam	6	50
Total	12	100

Fonte: autoria própria

Quadro 2- Instituições respondentes por estado

Estado	Nº	%
Alagoas	0	0
Bahia	2	33,3
Ceará	2	33,3
Maranhão	1	16,6
Paraíba	0	0
Piauí	1	16,6
Pernambuco	0	0
Rio Grande do Norte	0	0
Sergipe	0	0
Total	12	100

Fonte: autoria própria

Quadro 3- Nomenclatura das disciplinas específicas equivalentes a Telejornalismo

Nomenclatura	Instituições	%
Telejornalismo	4	66,6
Oficina de Telejornalismo	2	33,3
Total	6	100

Fonte: autoria própria

Quadro 4- Experiência profissional e docente dos professores de Telejornalismo das UF's do Nordeste

TELEJORNALISMO			
UF	NOME	EXP. PROFISSIONAL	EXP. DOCENTE
UFCA	A	Rádio e Telejornalismo. Entre os anos de 1994 e 2006. (12 anos)	Leciona desde 2000 no ensino de Jornalismo e Telejornalismo. (17 anos). Docente na UFCA desde 2010.
	B	Marketing, Assessoria de Imprensa e Editoria. Entre 1987 e 2001. (14 anos)	Na área do ensino de Jornalismo desde o ano 2000. (17 anos). Docente na UFCA desde 2017.
UFC	C	Entre 1999 e 2012. (13 anos)	Desde 2012 é professor assistente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. (5 anos)
	D	Repórter de 2008 a 2013. (5 anos)	Atuou como docente entre os anos de 2014 e 2015. Docente da UFC desde o ano de 2015. (4 anos)

UFRB	E	Telejornalismo e Assessora de Comunicação no período entre 1997 e 2003. (6 anos)	Leciona e pesquisa desde o ano de 2002. Docente da UFRB desde o ano de 2012. (10 anos)
	F	Entre 1989 a 2007, principalmente na área de Telejornalismo. (17 anos)	Leciona desde 2008. Atuando na UFRB desde o ano de 2010.
	G	Telejornalismo de 1996 a 2003. (7 anos)	Leciona desde 2003. Na UFRB desde 2009. (14 anos)
UFMA	H	Repórter e assessoria de imprensa entre 2007 e 2013. (6 anos)	Leciona desde 2010. Professor de Telejornalismo e Lab. de Telejornalismo de 2013 a 2017. (7 anos)
UFPI	I	Produção, reportagem e edição em TV, assessoria de eventos e de imprensa. De 2002 a 2017. (15 anos)	2015 a 2017 - Telejornalismo (2 anos)
	J	14 anos com produção, reportagem, edição, chefia e direção.	2006 a 2009 - 2017 - Telejornalismo (5 anos)
UFBA	K	Repórter, editor e diretor de jornalismo. Entre 1980 a 1990. (10 anos)	1990 a 2017 - Oficina de telejornalismo (27 anos)

O instrumento de pesquisa criado pela autoria na coleta foi construído a partir de uma preocupação teórico-metodológica concernente ao tipo de perfil dos docentes, incluindo questões como a formação profissional e docente, pois acreditamos que o impacto da experiência em Jornalismo incide no desenvolvimento laboratorial e o uso de tecnologias digitais como ferramentas no ensino. Pôde-se verificar a nomenclatura utilizada nas disciplinas: o *Telejornalismo* prepondera na escolha das universidades correspondendo a 66,6% das instituições pesquisadas e 33,3% optando por *Oficina de Telejornalismo*.

Verificamos que, a maioria dos docentes, possui experiência profissional em jornalismo superior a dois anos, tempo mínimo estipulado pelo INEP, órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em números absolutos e/ou relativos o quantitativo de docentes com experiência profissional em sua área de atuação, excluída as atividades de magistério superior, chega a 100%. Quanto à experiência no magistério superior, cerca de 80% dos docentes possuem mais que cinco anos. Observa-se também o uso da Rede Social YouTube para circulação das produções audiovisuais em laboratório, talvez pela facilidade de postagem e atualização de conteúdo. Mesmo que a atualização ocorra em média a cada três ou cinco meses devido à demanda das disciplinas. As redes sociais de compartilhamento de conteúdo podem alterar o modelo de produção e ter efeito nos formatos. Isso acontece com a tecnologia

digital e com a distribuição audiovisual, que facilita determinados procedimentos e formas de organizar a produção e difundi-la. O barateamento dos custos de produção, captação e finalização, bem como a possibilidade de criar o próprio canal de exibição na web, popularizou essa prática, inserindo novos realizadores e novas perspectivas. (CANNITO, 2010, p. 181). A seguir, categorizamos o formato das produções audiovisuais universitárias aplicadas ao ensino do Telejornalismo na Região Nordeste:

Quadro 5 – Formatos das produções audiovisuais jornalísticas

UF	Formato da produção	UF	Formato da produção	UF	Formato da produção
UFAL	- Grande Reportagem - Programa de entrevista	UFMA Imperatriz	- Boletim - Telejornal - Programa de entrevista - Grande reportagem - Programa especial - Documentários	UFPI	- Boletins - Grande reportagem - Programa de entrevistas - Programa de documentário
UFBA	- Boletim - Programa de entrevistas - Grande reportagem - Documentários	UFMA São Luís	- Boletim - Programa de entrevistas - Grande reportagem - Documentários	UFRB	- Boletins - Programa de entrevistas - Programa especial
UFC	- Boletim - Programa de entrevistas - Documentários	UFPB	- Boletim - Telejornal - Programa de entrevistas - Grande reportagem - Programa especial - Documentário	UFRN	- Boletins - Grande reportagem - Coluna de política - Programa de entrevistas
UFCA	- Boletim - Telejornal - Programa de entrevistas - Grande reportagem - Documentários	UFPE	- Boletins - Programa de entrevistas - Programa de debates	UFS	- Programa de entrevistas - Programa especial

Os formatos das produções laboratoriais das universidades é o seguinte: programa de entrevista (12), boletim (10), grande reportagem (8), documentário (7), programa especial (4), telejornal (3) e coluna política (1). A maioria estabelece relações das disciplinas de telejornalismo com formatos pertinentes ao universo online. Assumindo assim tanto uma mediação digital da relação professor-aluno no contexto do ensino de jornalismo quanto se tornam uma ferramenta pedagógica para o ensino das competências necessárias ao ensino de um novo perfil de jornalista de TV.

Considerações Finais

Outro ponto a ser destacado é que, com a popularização da internet e sua utilização como um dos principais meios informativos para estudantes universitários, também se faz necessário o desenvolvimento de linguagens para essas novas mídias. Os jornais universitários podem ser um espaço também para essa finalidade. Diferentemente do telejornal exibido diariamente nas emissoras comerciais ou no mercado profissional, o telejornal universitário pode ser um espaço aberto ao treinamento e a experimentação de novas propostas produtivas (EMERIM et al., 2013).

O ensino de jornalismo deve ser um ensino teórico, prático e, principalmente, inovador, preparando o estudante para lidar com ferramentas que possibilitam essa inovação tecnológica. As práticas laboratoriais revelaram três formatos mais comuns nas produções universitárias: entrevistas, boletins e grandes reportagens. Ou seja, uma visível adequação do ensino do telejornalismo ao modo de consumo audiovisual no ambiente digital. As entrevistas possuem enquadramentos mais fechados, em plano médio e primeiro plano, como no caso dos boletins e stand-ups (passagens gravadas) com notícias em curto espaço de tempo.

O formato telejornal, modelo linear e tradicional no ensino do telejornalismo, não se mostrou muito comum nas práticas laboratoriais. Apesar de muitas vezes ser produto obrigatório nos cursos de jornalismo brasileiros, os telejornais universitários ainda são de difícil produção nas escolas de comunicação, principalmente nas instituições públicas. Poucos são os cursos que possuem telejornais de exibição regular, uma vez que a produção em telejornalismo costuma ser apenas um espaço para aprendizado teórico, sem regularidade prática. O mais comum ainda é a exibição de reportagens e programas que, embora tenham alunos à frente do processo, como repórteres e apresentadores têm a produção e execução feita por profissionais contratados pela universidade (EMERIM; BRASIL, 2011).

Os resultados também evidenciaram um avanço no sentido das estruturas de produção audiovisual, com o surgimento de uma narrativa mais interativa em redes sociais de compartilhamento de conteúdo digital. Tornando-se possível a observação de uma nova interface do ensino (interativo-tecnológica), especialmente na produção de narrativas audiovisuais jornalísticas para o ciberespaço, pois a crescente digitalização dos produtos e dos processos midiáticos provoca mudanças significativas na produção. Estas são apenas algumas das questões levantadas na pesquisa preliminar que, se

impõem neste momento, ao processo de ensino do telejornalismo em tempos de convergência.

Referências

ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Ensino de Jornalismo e legislação educacional**. São Paulo: L'Editora, 2014.

BASSANI, Renata; FIGUEIRA, Artur; GONÇALES, Antonio; EMERIM, Cárlica. **TJ UFSC, o Telejornal diário da Universidade Federal de Santa Catarina**. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Joinville - SC – 2013.

BECKER, Beatriz. Telejornalismo e Media Literacy. In: *Jornalismo-Laboratório: televisão*. Soster, Demétrio; Tonus Mirna. Editora: UNISC, Santa Cruz do Sul, RS. 2015.

BITTENCOURT, Luis Carlos. **Manual de Telejornalismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

BRASIL, Antônio Claudio. **Telejornalismo Imaginário**. Florianópolis: Insular, 2012.

BRASIL, Antonio; EMERIM, Cárlica. **Por um modelo de análise para os telejornais universitários**. In: *Seminário Internacional Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos*, 2011, Salvador. Disponível em <http://analisedetelejornalismo.files.wordpress.com/2011/08/brasil_emerim.pdf> Acesso em 15 de abril de 2017

CANNITO, Newton. **A Televisão digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócios**. São Paulo: Summus, 2010.

CLAYTON, Ewan. **The Golden Thread, the story of writing**. London: Atlantic Books, 2013.

COSTA, Rosa Maria; DIAS, Luís Otávio. **O ensino de Jornalismo no Paraná: dicotomia entre teoria e prática e o currículo que está por vir**. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Joinville - SC – 04 a 06/06/2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Jornal-laboratório: do exercício escolar ao compromisso com o público leitor**. São Paulo: Summus, 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo**. PARECER CNE/CES Nº:39/2013. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=18550:pareceres-cne-2013 Acessado em 04 de abril de 2017.